

**Ref. da noticia** 1145

<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ligazón</i>
Angola	20-04-2006	AngolaPress	<a href="http://www.angolapress-angop.ao">www.angolapress-angop.ao</a>

**Título**

## **Situação do país requer maior poder de intervención das administracións municipais**

**Texto**

O nivel de desenvolvemento actual de Angola requer uma maior e melhor capacidade de intervención das administracións municipais, pelo que a sua actual estrutura orgánica non se compadece com as exigencias do momento, defendeu hoxe, en Luanda, o vice-ministro da Administración do Territorio, Mota Liz.

Segundo Mota Liz, que falava à Angop no Aeroporto 4 de Fevereiro, é preciso encetar reformas, mas para que estas sejam bem sucedidas é preciso envolver todos os operadores interesados nessa problemática.

"É preciso aprofundar, dar mais vida à administración, convertê-la num verdadeiro sentido de poder e de dinámica da vida social e económica. Para tal, debemos aproximá-la máis à comunidade para que esta se sinta máis envolvida na gestão da sua vida e sinta reflectida as súas aspiracións na propia gobernança local", enfatizou o vice.

O governante teceu tais declaracións momentos antes de embarcar para a provincia de Malanje, onde, à frente de uma comitiva do seu pelouro, vão auscultar os administradores municipais, buscar as súas contribucións acerca das reformas que se están a desencadear à volta do decreto 17/99, no ámbito do proceso de desconcentración e descentralización do poder do Estado.

"Estamos a recoller as opinións dos administradores e de outros responsábeis a nivel das provincias e tamén constatar in situ o nivel de organización e de funcionamento de algunhas administracións. Começamos isto já en algunhas provincias e hoxe vamos prosseguir en Malanje", pontualizou.

A nivel xeral, esclareceu, existen algúns constrangimentos no dominio da organización e do funcionamento da administración local, por isso, a nivel central está-se a traballar para aproximar a administración aos cidadáns, con maior capacidade de resolución dos problemas da comunidade "uma administración máis organizada, cujo efecto se reflecta na eficacia da súa actividade".

Indagado sobre as aspiracións de algunhas autoridades tradicionais da rexión da Baixa de Cassanje, em vê-la transformada na 19ª provincia, o governante disse que se está a traballar na legislação sobre a división política e administrativa do país e só despois de aprovados a nivel competente e da Assembleia Nacional, os diplomas que vão definir os criterios sobre o surgimento de novas provincias e municípios é que esta problemática há de ser avaliada.

De acordo com Mota Liz, há outras rexións do país que vêm reclamando a eventualidade de lhes conceder un estatuto diferente daqueles que posúen hoxe.

"Mas isso tem que ser equacionado no âmbito de criterios objectivos estabelecidos na lei. Estamos a traballar neste dominio e os diplomas legais que vimos preparando inclúen esses sobre a división política e administrativa, assim que eles tiverem sido aprovados certamente que se vai avaliar a necesidade de se alterar ou non a actual división administrativa" - salientou.

A comitiva do Ministério da Administración do Territorio, que integra outros quadros séniores do pelouro, tem regresso previsto a Luanda sábado e durante a súa estada em Malanje deverá deslocar-se a dois municípios, sendo o de Kalandula um deles, pois está enquadrado na experiencia piloto no âmbito do

programa de desconcentração e descentralização do poder do Estado em parceria com o PNUD.

*Ref. da noticia*      **1147**

<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ligazón</i>
Angola	21-04-2006	AngolaPress	<a href="http://www.angolapress-angop.ao">www.angolapress-angop.ao</a>

*Título*

## **Economia angolana vai crescer de maneira robusta em 2006**

*Texto*

A economia angolana vai crescer de maneira mais robusta no ano de 2006, não apenas na África subsariana, mas se calhar em todo mundo, disse Sexta-feira, em Luanda, o ministro adjunto do primeiro-ministro, Aguiinaldo Jaime.

Em declarações a Rádio Nacional de Angola (RNA), reagindo ao relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI), que aponta Angola como país da África subsariana que vai registar maior taxa de crescimento em 2006, afirmou que essa previsão abre boas perspectivas para a vida dos angolanos.

"E embora não tenhamos ainda um número que podemos considerar definitivo em termos de previsão de taxa de crescimento, o que é seguro, a economia angolana continuará a crescer muito fortemente", referiu o governante.

Aguiinaldo Jaime espera ainda que, em função do relatório do FMI, a comunidade internacional tenha uma outra postura em relação a Angola, principalmente na concessão de fundos bonificados, destinados a reconstrução nacional.

Segundo disse, no passado sempre que o Governo angolano abordasse a questão da eventual realização de uma conferência de doadores, a resposta invariável com que era confrontado por parte de diversas instituições e governos, é que era preciso primeiro acertar um acordo formal com o Fundo Monetário Internacional.

Para o ministro adjunto do primeiro-ministro, o Governo angolano agora espera que a comunidade internacional seja um pouco mais generosa para com Angola e que não faça mais depender futuras ajudas em termos de disponibilização de recursos bonificados de um qualquer acordo formal com o fundo.

A respeito, adiantou, ele próprio (o FMI) vem dizer que a economia angolana está no bom caminho, as reformas económicas são credíveis, estão no caminho certo e a dar o resultado esperado.

**Ref. da noticia** 1152

<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ligazón</i>
São Tomé e Príncipe	18-04-2006	Notícias Lusófonas	<a href="http://www.noticiaslusofonas.com">www.noticiaslusofonas.com</a>

**Título****Resultados oficiais dão a MDFM-PCD como vencedora das eleições****Texto**

A coligação MDFM-PCD, apoiada pelo Presidente da República, foi hoje proclamada vencedora das legislativas de 26 de Março e 02 de Abril em São Tomé e Príncipe, anunciou o Tribunal Constitucional.

De acordo com os resultados definitivos divulgados hoje pela Presidente do Tribunal, Alice de Carvalho, a coligação Movimento Democrata Força da Mudança-Partido da Convergência Democrata (MDFM-PCD) venceu com uma maioria simples, obtendo 23 dos 55 lugares do Parlamento.

O segundo partido mais votado foi o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe-Partido Social Democrata (MLSTP-PSD), que estava no poder, ao conquistar 20 lugares, seguido da Acção Democrática Independente (ADI) com 11 Lugares e do Movimento Novo Rumo com uma única representação parlamentar.

Consideradas as mais renhidas de sempre, as quintas eleições legislativas são-tomenses ficaram marcadas, além de boicotes no dia 26 de Março, por uma cena de invasão militar às instalações do Tribunal Constitucional em plena contagem de votos, comandada pelo ministro da Defesa Yscar Sousa por suspeita de fraude eleitoral.

Auto-proclamando-se vencedor com base em resultados parciais divulgados pela Comissão Eleitoral Nacional, o MDFM-PCD indigitou, há mais de uma semana, Tomé Vera Cruz para o cargo de primeiro-ministro.

Tendo em conta as dificuldades registadas na tentativa de formar um executivo de coligação, em particular com a ADI liderada por Patrice Trovoada, filho do antigo Presidente Miguel Trovoada, é previsível um Governo de minoria parlamentar

**Ref. da noticia** 1153

<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ligazón</i>
São Tomé e Príncipe	24-04-2006	Notícias Lusófonas	<a href="http://www.noticiaslusofonas.com">www.noticiaslusofonas.com</a>

**Título****Novo Primeiro-Ministro promete mudar o país rumo ao progresso****Texto**

O novo primeiro-ministro de São Tomé e Príncipe, Tomé Vera Cruz, prometeu cumprir as promessas da campanha eleitoral de modo a "mudar o país" rumo ao desenvolvimento sócio-económico desejável.

Tomé Vera Cruz falava na cerimónia em que tomou posse, juntamente com todo o executivo, presidida pelo chefe de Estado são-tomense, Fradique de Menezes, na presença do governo cessante da ex- primeira-ministra Maria do Carmo Silveira.

No acto foi notória a ausência dos líderes máximos dos partidos da oposição parlamentar, designadamente Guilherme Posser da Costa, do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe - Partido Social Democrata (MLSTP-PSD), e Patrice Trovoada, da Acção Democrática Independente, que se fizeram representar por figuras secundárias, bem como da Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Alice de Carvalho.

Sustentado pela coligação Movimento Democrático Força da Mudança - Partido da Convergência Democrática (MDFM-PCD), vencedora das legislativas de 26 de Março, com maioria simples, o governo de Tomé Vera Cruz foi constituído quinta-feira, por decreto presidencial, sem qualquer acordo parlamentar que garanta a sua sustentabilidade governativa.

Tendo apelado ao envolvimento de todos os são-tomenses, sem discriminação partidária, religiosa ou de classe social, na política de desenvolvimento sócio-económico do país, Vera Cruz sublinhou que "é tempo de mudar", como se dizia durante a campanha e no programa eleitoral da coligação.

Além de ter defendido uma mudança sem excluir ninguém, o novo primeiro-ministro são-tomense desejou "êxitos na vida" aos membros do governo cessante e garantiu que o novo executivo pretende ser "de todos os são-tomenses e para todos os são-tomenses".

Entre as acções essenciais a desenvolver pelo novo executivo, Tomé Vera Cruz destacou a reforma do Estado, a consolidação da democracia, o crescimento económico, solidariedade, redução da pobreza e a inovação tecnológica.

"Com tais objectivos estratégicos, o governo preconiza essencialmente, um aumento sustentado do rendimento e da qualidade de vida dos são-tomenses", sublinhou.

Tomé Vera Cruz disse que o governo da coligação MDFM/PCD pautará a sua acção governativa em princípios "sagrados", citando nomeadamente um poder judicial "forte", respeito pela dignidade humana, democracia e Estado de direito, comunicação social como pilar da democracia e equidade na distribuição da riqueza.

Além de prometer "transparência e honestidade" nas acções governativas, Vera Cruz prometeu adoptar uma política virada para as comunidades são-tomenses no estrangeiro, levando-as a depositar confiança no país e contribuir para o processo de desenvolvimento.

No âmbito da política externa e cooperação, o primeiro-ministro defendeu o reforço de relações com os Estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), numa perspectiva de alargar novas áreas de intervenção.

No quadro africano, disse que as acções deverão orientar-se para a manutenção de um "clima de respeito mútuo e na preservação de um bom relacionamento com países vizinhos e amigos".

O governo de Tomé Vera Cruz tomou posse três dias depois do Tribunal Constitucional ter proclamado a

vitória da coligación MDFM-PCD nas últimas legislativas, ao obter 23 dos 55 lugares do parlamento de São Tomé e Príncipe.

O segundo partido mais votado foi o MLSTP-PSD, que estaba no poder e conquistou 20 deputados, seguido da ADI, com 11 Lugares e o Movimento Novo Rumo com uma única representación parlamentar.

O XI goberno constitucional hoje empossado tem uma vice- primeira-ministra, Maria Tébus, e 12 ministérios. Tomé Vera Cruz e Maria Tébus acumulan também as pastas da Comunicação Social e Integração Regional, e do Plano e Finanças, respectivamente.

Das restantes pastas, três foram atribuídas a mulheres: Cristina Dias (Economia), Maria da Costa Carvalho (Trabalho, Solidariedade, Mulher e Família) e Maria de Fátima Leite (Educação, Cultura, Juventude e Desporto).

Do anterior executivo transitou Yscar de Sousa, figura próxima do presidente da República, que mantém a pasta da Defesa e Ordem Interna. O goberno inclui exclusivamente figuras dos dois partidos da coligação, MDFM ou PCD.

## **Un servizo ofrecido polo Observatorio Galego da Lusofonía (Ogalus)**

<http://www.igadi.org/ogalus>

Coordenado por Ângelo Gonçalves Vicente

[agoncalves@igadi.org](mailto:agoncalves@igadi.org)

Telf.: (34) 986 35 72 38

Fax: (34) 986 35 72 38

*O Ogalus é unha iniciativa do Instituto Galego de  
Análise e Documentación Internacional (Igadi)*



<http://www.igadi.org>